

ORIENTAÇÕES OFICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELÉM PARA AS PRÁTICAS CURRICULARES NA PANDEMIA DE COVID-19 NO ANO DE 2020

*Marluce Batista Silva Cardoso
Genylton Odilon Rêgo da Rocha*

Resumo

Este artigo é resultado da pesquisa que culminou com a escrita da dissertação de mestrado da autora, sendo usufruto de uma construção dialogada, a partir das vivências e experiências na Secretaria Municipal de Educação de Belém do Pará; e tem como objeto de estudo as orientações oficiais para as práticas curriculares dos docentes da Rede Municipal de Ensino de Belém, que foram adaptadas devido ao período da pandemia da covid-19 no período de 2020 a 2022. A pesquisa é documental de abordagem qualitativa alicerçada em autores como Severino (2016), Sacristán (2000), Lunardi-Mendes (2008), e a análise dos dados se embasou em Marconi e Lakatos (2020) que justifica que o pesquisador deve elaborar a sua análise a partir dos resultados alcançados, com base na revisão bibliográfica de seu estudo. Nesse sentido, discorre-se sobre as práticas curriculares e as orientações oficiais do calendário letivo de 2020 das escolas do município de Belém, aprovadas no Conselho Municipal de Educação, por meio da Resolução nº 30-CME de 22 de dezembro de 2020 e do Parecer CLN/CME-Belém nº 86/20, trazendo à reflexão as discussões acerca da organização e gestão do currículo na mediação das práticas curriculares, o que ressalta a sua importância durante e após o ensino remoto – proposta implementada no período da covid-19 – para amenizar os prejuízos das aprendizagens em tempos de pandemia no Estado do Pará, no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: práticas curriculares; pandemia; orientações oficiais; aprendizagem; ensino remoto.

OFFICIAL GUIDELINES OF THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF BELÉM FOR CURRICULAR PRACTICES IN THE COVID-19 PANDEMIC IN 2020

Abstract

This article is the result of research that culminated in the writing of the author's master's thesis, and is the result of a dialogued construction, based on experiences at the Municipal Department of Education of Belém do Pará; and which has as its object of study the official guidelines for the curricular practices of teachers from the Municipal Education Network of Belém, which were adapted due to the period of the covid-19 pandemic in the period from 2020 to 2022. The research is documentary with a qualitative approach based on authors such as Severino (2016), Sacristán (2000), Lunardi-Mendes (2008), and the data analysis was based on Marconi and Lakatos (2020) which justifies that the researcher must prepare the its analysis based on the results achieved, based on the bibliographical review of its study. In this regard the curricular practices and official guidelines of the 2020 academic calendar for schools in the city of Belém, approved by the Municipal Education Council, by Resolution No. 30-CME of December 22, 2020 and the Opinion CLN/CME-Belém nº 86/20; bringing to reflection discussions about the organization and management of the curriculum in the mediation of curricular practices, highlighting its importance during and after remote teaching - a proposal implemented during the covid-19 period - to alleviate the losses of learning in times of pandemic in the State of Pará, in Brazil and around the world.

Keywords: curricular practices; pandemic; official guidelines; learning; remote teaching.

DIRECTRICES OFICIALES DE LA RED DE EDUCACIÓN MUNICIPAL DE BELÉM PARA LAS PRÁCTICAS CURRICULARES EN LA PANDEMIA COVID-19 EN 2020

Resumen

Este artículo es resultado de una investigación que culminó con la redacción de la tesis de maestría del autor, y es resultado de una construcción dialogada, basada en experiencias en la Secretaría Municipal de Educación de Belém do Pará; y que tiene como objeto de estudio las directrices oficiales para las prácticas curriculares de los docentes de la Red Municipal de Educación de Belém, que fueron adaptadas debido al período de la pandemia covid-19 en el período de 2020 a 2022. La investigación es documental con un enfoque cualitativo basado en autores como Severino (2016), Sacristán (2000), Lunardi-Mendes (2008), y el análisis de datos se basó en Marconi y Lakatos (2020) lo que justifica que el investigador debe preparar el su análisis a partir de los resultados alcanzados, a partir de la revisión bibliográfica de su estudio. A este respecto se discuten las prácticas curriculares y directrices oficiales del calendario académico 2020 para las escuelas de la ciudad de Belém, aprobado por el Consejo Municipal de Educación, mediante Resolución nº 30-CME del 22 de diciembre de 2020 y Dictamen CLN/CME-Belém nº 86 /20; traer a reflexión discusiones sobre la organización y gestión del currículo en la mediación de las prácticas curriculares, destacando su importancia durante y después de la enseñanza remota – propuesta implementada durante el período covid-19 – para aliviar las pérdidas de aprendizajes en tiempos de pandemia en el Estado de Pará, en Brasil y en el mundo.

Palabras clave: prácticas curriculares; pandemia; directrices oficiales; aprendiendo; enseñanza remota.

INTRODUÇÃO

O artigo é um recorte da dissertação de mestrado defendida em 2023, sendo parte da pesquisa acadêmica que investiga as práticas curriculares oriundas das orientações oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) aos professores das escolas públicas da Rede Municipal de Ensino (RME) da cidade, vinculada ao mestrado em currículo e gestão de escola básica pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Currículo da Educação Básica (PPGCEB), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Trata-se de uma reflexão sobre o desenvolvimento das práticas curriculares de aulas do ano de 2020 que, inicialmente, não eram presenciais e, posteriormente, passaram ser no formato híbrido, considerando as mediações do currículo ao processo de ensino e aprendizagem. A questão central da pesquisa indaga: *No período da pandemia de covid-19, quais orientações oficiais foram prescritas para o desenvolvimento das práticas curriculares dos docentes da Rede Municipal de Ensino de Belém?*

Quando a calamidade pública provocada pela pandemia começou, surgiram situações que foram além do previsto nas dinâmicas da prática em salas de aulas. Desse modo, tecer proposições para àquele momento tão recente da pandemia e conviver com o *novo normal*, presente na sociedade e estendido às escolas, fez-se necessário. Desse modo, o ensino remoto e a organização para as aulas não presenciais e híbridas exigiram constantes construções que direcionassem esse ensino, principalmente proposições feitas por meio da aprovação e sanção de documentos que regularizassem a referida situação.

Assim, o objetivo geral da pesquisa foi o de analisar as orientações oficiais prescritas para o direcionamento das práticas curriculares dos docentes da RME de Belém, no período da pandemia de covid-19. As contribuições perpassam em poder pensar a dinâmica da educação básica e do currículo, a partir das situações específicas, resultantes da vida em sociedade e peculiares

imbuídas num contexto em que a maioria das pessoas nunca haviam vivenciado como esta pandemia.

A organização metodológica caminhou por uma abordagem qualitativa que, segundo Yin (2015), relaciona esta trajetória ao fascínio da busca pelo desconhecido, seja por meio da revisão bibliográfica, seja pela pesquisa documental ou de campo, que esse tipo de pesquisa está em permitir ao pesquisador para realizar estudos aprofundados, dando liberdade na seleção de temas; bem como criar um alinhavo da base teórica e o objeto de estudo potencializando o avanço da pesquisa.

Assim, no cenário da pandemia e do isolamento social, a organização e gestão do currículo foram alteradas, tornando prudente a construção desse estudo sobre o tema *práticas curriculares na educação básica*. Por isso, decidimos investigar esse momento em que os professores e estudantes seguiam as recomendações oficiais e pedagógicas para o ensino remoto, a fim de redimensionar os momentos das aulas que aconteciam nas salas de aula para aulas *online* ou por meio da disponibilização de materiais impressos entregues aos estudantes ou pais/responsáveis.

Desse modo, o problema da investigação alinhou-se à pesquisa documental para aprofundar as questões do objeto de estudo, que estão vinculadas ao contexto e a especificidade contidos nos documentos oficiais escritos com conteúdo importantes de serem analisados para a área da educação. Severino (2016, p. 131), por exemplo, aponta que: “[...] nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise”. Outra fase a ser vencida neste tipo de pesquisa foi o da análise de dados em diálogo com a sua interpretação pelos pesquisadores, as quais se constituem como núcleo central da pesquisa (Marconi, Lakatos, 2020).

Portanto, este artigo corresponde a um recorte da dissertação de mestrado, em que traz como enfoque duas estratégias pedagógicas do calendário letivo do ano de 2020 da RME de Belém-PA, relacionado às orientações e à organização das aulas presenciais e não presenciais, que, no mesmo documento, apresenta outras orientações para o ano letivo de 2021, sobre o *currículo continuum*¹ trabalhado nas escolas da RME de Belém em tempo de vulnerabilidade humana.

A partir das referências teóricas, foi possível discorrer sobre as diretrizes e orientações oficiais das práticas curriculares e da ministração das aulas no período do caos pandêmico, possibilitando o (re)pensar sobre o processo de ensino e aprendizagem em tempos de calamidade humana, as aulas remotas, as consequências educacionais, sociais e seus reparos que repercutiram na vida dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Belém do Pará e na consequência futura dessas ações.

PONDERAÇÕES SOBRE PRÁTICAS CURRICULARES

Em 30 de janeiro de 2020, segundo Pagotto (2020), a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, nível mais alto

¹ A proposta chamada *currículo continuum* está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e tem como objetivo central garantir que alunos de todas as escolas tenham o direito de aprender conteúdos previstos na BNCC. Com a pandemia da covid 2019, o Parecer 19/2020 do CNE orientou que os sistemas de ensino planejassem um continuum curricular 2020-2021 para evitar o aumento de alunos retidos no final do ano letivo de 2020 e para cumprir os objetivos de aprendizagem previstos (Observatório da Base – BNCC. Disponível em <https://movimentopelabase.org.br>).

de alerta da OMS em reconhecimento à proliferação da infecção humana pelo novo coronavírus (Covid-19), doença surgida em 2019 na China e que foi classificada como uma pandemia em 11 de março de 2020, uma vez que a doença se espalhou em surtos pelo mundo afora.

A partir da classificação da OMS da covid-19 como uma doença pandêmica e da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o Brasil, por meio do Ministério da Saúde, instituiu a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, e a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública e de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov), estabelecendo medidas a serem adotadas para a proteção da população brasileira “[...] enquanto durar a situação de emergência internacional” (Pagotto, 2020).

Com a chegada da pandemia da covid-19, no ano de 2020, recomendações sanitárias orientadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) foram seguidas, dentre as quais o isolamento social, o *lockdown* e o distanciamento social, que se tornaram determinantes nas ações do *novo normal* diante da pandemia. A vida das pessoas mudou radicalmente diante da tragédia humana causada por um vírus que, além de causar mortes, provoca sequelas, acompanhado de uma chaga econômica e social produzida pela lógica do capitalismo, uma vez que a calamidade foi agravada pelos desajustes nas áreas de saúde, educação e assistência social, prejudicando sobremaneira as pessoas das classes sociais economicamente mais vulneráveis.

O panorama educacional brasileiro neste período era delicado, e todos que viviam da força de trabalho tiveram momentos mais difíceis perpassando por doenças, mortes, falta de trabalho, desemprego, abalando as estruturas dos sujeitos e das famílias. Essas problemáticas chegaram na escola e foram reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com o Parecer nº 5, de 28 de abril de 2020, em que instituiu recomendações para todos os níveis e modalidades de ensino: da Educação Básica à Educação Superior, em que destaca o seguinte:

Sob este aspecto, é importante considerar as fragilidades e desigualdades estruturais da sociedade brasileira que agravam o cenário decorrente da pandemia em nosso país, em particular na educação, se observarmos as diferenças de proficiência, alfabetização e taxa líquida de matrícula relacionados a fatores socioeconômicos e étnico-raciais. Também, como parte desta desigualdade estrutural, cabe registrar as diferenças existentes em relação às condições de acesso ao mundo digital por parte dos estudantes e de suas famílias. Além disso, é relevante observar as consequências socioeconômicas que resultarão dos impactos da COVID-19 na economia como, por exemplo, aumento da taxa de desemprego e redução da renda familiar. Todos estes aspectos demandam um olhar cuidadoso para as propostas de garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem neste momento a fim de minimizar os impactos da pandemia na educação (Brasil, 2020d, p. 3).

Frente a essa situação ocorrida pela pandemia da covid 19, as escolas organizaram os seus currículos atentas às recomendações e, ainda durante a pandemia, o Conselho Nacional de Educação explicita orientações da educação nacional, estabelecido pelo Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tem como assunto: a reorganização do Calendário Escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual em razão da pandemia. Nesse parecer, consta “a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), enquanto

persistirem as restrições sanitárias para a presença de estudantes nos ambientes escolares, garantindo ainda os demais dias letivos mínimos anuais/semestrais previstos no decurso” (Brasil, 2020d, p. 6).

De acordo com suas realidades, organizaram suas estruturas digitais, porque, nesse contexto pandêmico, os professores trabalharam as práticas curriculares também utilizando o ensino remoto emergencial digital na educação básica. Entretanto, algumas escolas, sobretudo as públicas, não conseguiram viabilizar o ensino remoto digital por conta da insuficiência de computadores, de equipamentos e de acesso à *internet*, tanto pelas escolas quanto pelos professores e estudantes, sendo realizadas atividades impressas destinadas aos alunos bem como o uso de outros mecanismos e instrumentos educacionais.

Ressalta-se que as práticas curriculares são as expressões educativas realizadas no coletivo e constituídas por dimensões tangíveis e intangíveis que perpassam por formação, valores e conhecimentos e que completam o currículo na relação teoria e prática, resultado de todo um processo histórico. Por exemplo, para Lunardi-Mendes (2011, p. 169), “[...] a principal contribuição do conceito de prática curricular é a identificação de que as ações implementadas pelos professores para a construção do currículo, são sempre coletivas, culturais e mediadas pelas contingências do tempo e do espaço escolar”. A afirmação da autora ratifica a solidez do currículo na escola e o quanto é imprescindível a compreensão dele para o exercício das práticas curriculares.

Lunardi-Mendes (2008, p. 117) reforça ainda que “[...] dessa forma, as práticas que são chamadas aqui de curriculares são desenvolvidas por sujeitos, sejam eles alunos, sejam professores, mas não podem ser entendidas como ações individualizadas. Estão amarradas e são decorrências de uma trama que lhes dá significado”.

As evidências estão presentes na gestão do currículo na escola, que se concretiza na prática dos profissionais da educação e principalmente no exercício profissional do professor, que, no desenvolvimento de sua prática curricular na sala de aula, rege as atividades e orientações por uma práxis sociocurricular importante aos alunos da educação básica em formação.

Neste contexto, é fato que as práticas curriculares conduzem o trabalho docente e a formação dos alunos. O professor as desenvolve orientado pelo currículo desde o momento da seleção, organização dos conteúdos e planejamento, sendo concretizada na sala de aula e entrelaçada aos conhecimentos científicos escolares compartilhados por meio de uma estrutura social que dão teor às práticas curriculares. Na linha dessa compreensão, Pacheco (1996, p. 66) afirma que: “Nesta linha, entende-se que a prática educativa é uma operação complexa que não pode ser reduzida a uma intervenção meramente técnica e que não é congruente com os modelos de gestão que ignoram os contextos reais da escola, dos alunos, dos professores, etc.”

Assim, as práticas perpassam por conjunturas de não neutralidade, mas, mesmo com tensões, é possível criar caminhos novos de diálogo e diversidade, superando os conflitos, já que elas resultam das decisões curriculares oriundas das influências internas e externas trabalhadas pelos professores, por meio dos conteúdos disciplinares e das experiências profissionais. Sendo assim, podem ser ações de caráter analítico ou somente o resultado de um trabalho sem cunho político e crítico, resultando em um produto sem significados profundos aos docentes e discentes. A esse respeito, Lunardi-Mendes (2008, p. 118) ressalta que:

[...] as práticas curriculares são entendidas como as ações envolvidas na elaboração e implementação de currículo. São práticas na quais convivem ações teóricas e práticas,

refletidas e mecânicas, normativas, orientadoras, reguladoras, cotidianas. Desde a proposição de currículos pelos órgãos governamentais, à recontextualização feita desses discursos pela escola e pelos seus sujeitos, tudo é entendido aqui como práticas curriculares.

Portanto, a prática curricular transita em outros sistemas para dar totalidade ao currículo de forma integral e real. Sacristán (2000, p. 21) menciona que:

A prática tem uma existência real que uma teorização deve explicar e esclarecer tarefa pouco simples quando se trata de um território de intersecção de subsistemas diversos. Essa realidade prática complexa se substancia ou se concretiza em realidades e processos diversos, analisáveis por si mesmos de diferentes pontos de vista, mas conectados mais ou menos estreitamente entre si: o currículo como expressão de uma série de determinações políticas para a prática escolar, o currículo como conteúdo sequencializados em determinados materiais, como saberes distribuídos pelos professores na aulas, como campo das interações e dos intercâmbios entre professores e alunos, como “Partitura” da prática etc.

Logo, entende-se que a prática curricular deve ser um elemento viabilizador de uma escola que possibilite aos alunos conhecimentos amplos, para que eles possam construir relações entre diversas áreas do saber humano, fazendo associações de dados e informações sobre um novo mundo, um novo estilo de vida e uma nova sociedade dirigida por novos padrões, culturais, sociais e éticos, considerando que as escolas são lugares aonde se realizam trocas simbólicas e são espaços de construção de processos de significação, onde representações vão sendo produzidas e engendradas entre os sujeitos e o contexto de interação com a realidade (Matos, 2016).

As práticas curriculares são desenvolvidas em um ambiente de tempo e espaço coligados a um conjunto de demandas e situações da própria realidade que, por vezes, representam os conflitos. Nesse panorama, as práticas curriculares estão envolvidas atualmente na problemática da pandemia de covid-19 e as consequentes mudanças na rotina educacional, profissional e pessoal da dinâmica docente, que se fortalece quando há o entendimento do processo e do contexto em que estão acontecendo. Com isso, as práticas ganham novos elementos na sua estrutura, articulados aos aspectos social, cultural e político da sociedade, agora vividos pelo Ensino Remoto Emergencial, demonstrando que elas são compostas também pela realidade e reflete no exercício docente. Lunardi-Mendes (2008, p. 118) reitera que [...] “o conjunto de ações que implementam o currículo, sendo produto de um processo de objetivação da cultura, e do compartilhamento das ações individuais. Nesse sentido, as práticas curriculares são coletivas, históricas e culturais”.

Em vista disso, percebe-se que o modo como os professores trabalharam o ensino-aprendizagem na pandemia de covid-19, no ano de 2020, em tempos de ensino remoto, foi direcionado por suas práticas curriculares que superaram as orientações oficiais prescritas e conduziram a educação nas escolas municipais de Belém, nesse momento de calamidade da humanidade, reagindo contra as amarras e limitações impostas pelo, cujos impactos trouxeram perdas para a educação.

ORIENTAÇÕES OFICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELÉM: ENTRE O ENSINO REMOTO E O ENSINO PRESENCIAL

Diante das orientações nacionais contidas nas recomendações da Lei n.º 14.040/20, de 18 de agosto de 2020, que “Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009” (Brasil, 2020e); além da Medida Provisória n.º 934, de 1º de abril de 2020, “Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020” (Brasil, 2020c).

Na cidade de Belém, não se diferiu do restante dos municípios brasileiros, pois houve medidas emergenciais quando oficializada a situação pandêmica como o distanciamento social, e adotou-se a utilização de máscaras e os demais protocolos de segurança contra o avanço da covid-19. Assim, por meio do decreto municipal n.º 95955, de 18 de março de 2020, o prefeito municipal de Belém, “Declara situação de emergência no âmbito do Município de Belém para enfrentamento preventivo da pandemia de coronavírus declarada pela Organização Mundial de Saúde – OMS e dá outras providências” (Belém, 2020a). Com essa legislação aprovada, houve mudanças nas atividades presenciais, como a suspensão das aulas nas unidades escolares públicas e privadas pelo período de 15 dias e mantidas as atividades essenciais apenas.

Com base nesses parâmetros, este estudo se pauta na Reorganização do Calendário Escolar 2020 e orientações para o retorno das aulas nas escolas municipais de Belém, para discorrer sobre o quarto item do calendário escolar, que trata do Planejamento de Atividades Escolares em tempo de pandemia e ensino remoto (Quadro 1).

Quadro 01 – Sugestão das atividades para o Ensino Remoto Emergencial

Etapas de ensino		Modalidade
Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação Especial
1. Atividades de caráter lúdico; 2. Atividades virtuais; 3. Atividades impressas; 4. Desenvolvimento do Projeto de ações para mediação familiar-Fazendo juntos.	1. Atividades orientadas pelas ferramentas tecnológicas digitais: <i>WhatsApp</i> , <i>Google Classroom</i> ; 2. Atividades <i>online</i> pelas plataformas digitais: <i>Youtube</i> , <i>Instagram</i> , <i>Zoom</i> e <i>Google Meet</i> para encaminhar atividades e aulas interativas; 3. Entrega de atividades impressas concomitante com a entrega do <i>kit</i> de alimentação; 4. Atividades pedagógicas acessadas pelo blog: < www.semecbelemnasuacasa.blogspot.com > aos alunos do 6º ao 9º ano e aos alunos da Educação de Jovens e Adultos; 5. O projeto EDUCABELÉM: Aprendendo em casa. Produção e exibição de vídeo aulas na TV aberta.	1. Atendimento Educacional Especializado aos alunos, com orientação por meio de vídeos de atividades para serem realizadas em casa; 2. Encaminhamento de materiais de forma <i>online</i> , entrega de cadernos de atividades impressas no mesmo dia da distribuição do <i>kit</i> alimentação.

Fonte: Parecer n.º 86/20 do CME-Belém, 2020d (Adaptado pelos autores, 2023).

Em um segundo Decreto Municipal de n.º 96.051, de 01 de abril de 2020, outras mudanças foram realizadas, pois ele alterou o anterior (Decreto n.º 95.955 – PMB, de 18 de março de 2020) e

trouxe outras providências, mantendo a suspensão das aulas por mais 15 dias, além de incluir outras medidas emergenciais temporárias. Por fim, o Decreto Municipal nº 96.190, de 27 de abril de 2020 “Altera o Decreto nº 95.955 – PMB, de 18 de março de 2020, que “Declara situação de emergência no âmbito do Município de Belém para enfrentamento preventivo da pandemia de coronavírus declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS e dá outras providências” (Belém, 2020b). A partir desse decreto, as aulas foram suspensas por prazo indeterminado na Rede Municipal de Ensino de Belém.

A organização das aulas pelo Ensino Remoto Emergencial pela Rede Municipal de Ensino de Belém se dá por uma organização curricular baseada nas etapas de ensino e modalidades. Ao planejar o currículo da educação infantil, há ênfase para ações lúdicas, virtuais e impressas, com a participação da família dos estudantes e um projeto direcionado para essas famílias.

Quanto à organização do Ensino Fundamental, essa etapa do ensino foi realizada com o uso das ferramentas virtuais, com destaque para o blog da SEMEC, como um canal de interação e comunicação do aluno, além da entrega de atividades impressas, onde se criaram estratégias de envio e retorno, ocorrendo, no mesmo dia da entrega de material, o encaminhamento do *kit* alimentação. Houve também a organização de teleaulas do projeto EDUCABELÉM por TV Aberta.

Quanto às modalidades, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) foi mencionada no momento da orientação para o Ensino Fundamental, sendo sugerido aos estudantes da EJAI para acessarem o blog da SEMEC; entretanto, não se detalhou nenhuma estratégia para esta modalidade que tem um público específico. Em relação à modalidade da Educação Especial Inclusiva, houve uma orientação e organização de forma objetiva, direcionando os estudantes assistidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) para as atividades virtuais, digitais, atividades impressas, também com sugestão de entrega no mesmo dia do *kit* alimentação. O destaque desta modalidade é que o AEE perpassou por todas as etapas de ensino nos atendimentos a todos os estudantes das escolas da RME de Belém.

Desse modo, observa-se que a organização do currículo é apresentada de forma simplificada com indicações pedagógicas, e a sua gestão sob a responsabilidade da escola é feita por professores, gestores e coordenadores. A gestão curricular na época da pandemia e do ensino remoto perpassou por situações de como considerar o território, a comunidade e suas particularidades e, principalmente, as etapas de ensino e modalidades atendidas nas escolas. Portanto, construindo um currículo de diversidade e inclusão.

Nesse entrecruzamento da escola e família durante o ensino remoto, foi construído pelo currículo com sua reorganização no momento do caos pandêmico e sua gestão se deu com o trabalho da escola, onde estavam como linha de frente os professores e as famílias. A escola, um lugar que é de muitos, educa numa coletividade com uma organização diferente do espaço da casa. Nesse sentido, é importante a colaboração entre a escola e as famílias com suas realidades distintas, ganhando mutuamente com essa complementaridade. (Nóvoa, Alvim, 2021).

A situação foi propícia para confirmar a intencionalidade do currículo, pois ele não se constitui por neutralidade, tornando-se evidente o trabalho da escola e família, posto nas entrelinhas das orientações oficiais para as escolas municipais de Belém. Desse modo, o trabalho docente foi conduzido pela gestão do currículo e por suas práticas curriculares. “Faz parte do ofício de professor o trabalho com o currículo, e as condições em que ele exerce o seu trabalho têm, certamente, implicações no modo pelo qual o currículo é implementado na escola” (Barreto, 2012,

p. 135). Ratifica-se, então, que: “[...] a função específica de ensinar já não é hoje definível pela simples passagem do saber, não por razões ideológicas ou apenas por opções pedagógicas, mas por razões sócio-históricas”, (Roldão, 2007, p. 95). Nesse contexto, entende-se que a organização curricular que orienta a gestão está canalizada por tudo um conjunto de intenções que tem como fundo a pandemia de covid-19. Todavia, as deliberações perpassam por uma administração maior conduzidas por um sistema capitalista.

Um segundo ponto a destacar são as organizações das aulas a partir da divisão da carga horária e os tipos de ensino, tornando-se os desafios durante a pandemia de covid-19 (Quadro 2).

Quadro 02 – Distribuição da carga horária do ensino remoto e presencial

Distribuição da Carga Horária Mínima			
Carga Horária mínima obrigatória 800h	Ensino Presencial	Ensino Remoto	
	Aulas presenciais 156h	Aulas híbridas 204h	Teleaulas 440h

Fonte: Parecer nº 86/20 do CME-Belém, 2020d (Adaptado pelos autores, 2023).

Constata-se o cumprimento da carga horária mínima obrigatória e a distribuição das aulas em ensino presencial e ensino remoto que contempla as aulas híbridas e teleaulas, na perspectiva de garantir o ano letivo de 2020. Entretanto, essas distribuições representam as dificuldades da escola pública e a falta de garantia integral quanto aos suportes necessários para garantir a inclusão dos alunos. Entendemos que as diferentes organizações do ensino foram criadas para contemplar todos os alunos pelos aparatos tecnológicos que possuíam em suas casas. Essa engrenagem escolar imersa num tempo e contexto mostra que “O currículo está perpassado por valores e pressupostos que necessitam ser decifrados, para que se possa descobrir os mecanismos que operam na sua concretização dentro dos espaços educacionais” (Rocha, 2012, p. 117).

Nesse universo de diferentes organizações de aulas, estavam os professores que tinham que se mobilizar e criar estratégias para suas turmas, e, em alguns casos, desenvolviam estratégias individuais por alunos na tentativa de garantir a aprendizagem e o vínculo com a escola. Nesse contexto, temos a gestão curricular escolar e as práticas curriculares docentes (re)construídas em prol de contribuir com a formação e a dignidade dos alunos e suas famílias. A organização curricular, por ser constante, mediante às questões socioculturais, sempre mobilizará os docentes para recriar suas práticas curriculares: “A educação deve ser vista, acima de tudo, como uma forma de produzir o comum, aquilo que, valorizando as diferenças, nos faz pertencer a uma mesma humanidade” (Nóvoa, Alvim, 2021, p. 7).

A educação, com sua função social, tem o papel de formar o sujeito para além dos conhecimentos escolares, fazendo uso dos conhecimentos e da realidade no ato de ensinar, dando sentido à formação educacional, a qual reflete nas interações sociais ao longo da vida. Esse conjunto de ações no ensino-aprendizagem, que também representa a ação humana em sociedade, equivale à prática curricular. Sacristán (1999, p. 30) aborda o tema ao afirmar que “O significado mais imediato de prática educativa se refere à atividade que os agentes pessoais desenvolvem, ocupando e dando conteúdo à experiência de ensinar e educar”.

É nesse caminhar que a escola é compreendida como uma instituição ética e política, que deve prover os indivíduos “[...] não só, nem principalmente, de conhecimentos, ideias, habilidades e capacidades formais, mas também de disposições, atitudes, interesses e pautas de comportamentos” (Sacristán, 1999, p. 15).

O ensinar é feito por uma junção de ações construídas com a trajetória profissional do professor, que são expostas na aula, simbolizando a prática curricular. “Uma condição social da ação é a de que sempre é pessoal e definidora da condição humana: vai ligada a um eu que se projeta e que se expressa por meio dela ao educar” (Sacristán, 1999, p. 31). A ação do sujeito é uma característica humana, que tem consequências e contribuições sociais, configurando o fazer humano. No currículo, a ação tem uma relação com o conhecimento e as práticas curriculares. O professor é o mediador da ação dando sentido a ela, configurando a prática curricular.

A DOCÊNCIA E AS PRÁTICAS CURRICULARES DOS PROFESSORES DA RME DE BELÉM NO PERÍODO PANDÊMICO

É nesse movimento de ação humana e contexto social que se fez necessário considerar situações como a pandemia da covid-19, que nos fez sair da escola, mudar o espaço do acontecimento das aulas e a estrutura logística culminada com o redimensionamento das aulas que envolve as aulas presenciais, híbridas e teleaulas. Nesse movimento das diferentes estratégias de ensino, é preciso envolver esse momento no processo histórico que acompanha a educação, bem como fomentar ações analíticas, as quais dão suporte à formação dos sujeitos de acordo com o momento e não se padroniza a uma racionalização mercantil presente nos dias de hoje. Ter esse entendimento enfraquece as atividades focadas em transmissão de conteúdos pautada no currículo prescrito, trazendo um equilíbrio científico para o fazer docente.

Ao se trazer esta reflexão sobre o professor e sua prática curricular, Roldão (2007, p. 101-102) evidencia que o docente:

[...] é aquele que *ensina* não apenas *porque sabe*, mas porque *sabe ensinar*. E *saber ensinar* é ser especialista dessa complexa capacidade de mediar e transformar o saber conteudinal curricular (isto é, que se pretende ver adquirido, nas suas múltiplas variantes) – seja qual for a sua natureza ou nível – pela incorporação dos processos de aceder a, e usar o conhecimento, pelo ajuste ao conhecimento do sujeito e do seu contexto, para adequar-lhe os procedimentos, de modo que a alquimia da apropriação ocorra no aprendente – processo mediado por um sólido *saber científico* em todos os campos envolvidos e um *domínio técnico-didático* rigoroso do professor, informado por uma contínua *postura meta-analítica*, de *questionamento intelectual* da sua ação, de *interpretação* permanente e *realimentação* contínua.

Nesse movimento ensina-se e aprende-se guiado por ações que (re)fazem a prática curricular feita pelos professores, potencializando estratégias de continuação desse trabalho construído por reflexão e renovação, consolidando uma ação pensada.

Na tríade de refletir, reconstruir e agir, os professores seguem com os impactos da pandemia da covid-19, recebendo as tensões sociais e educacionais presentes e mais fortes em tempos de ensino remoto. Trabalhar essas questões, nas escolas públicas, e em especial as que compõem a Secretaria Municipal de Educação de Belém, propicia saberes e reflexões aos

professores que estão nas escolas de diferentes territórios, uma vez que alguns atuam nas escolas localizadas nas ilhas de Belém. A esses professores coube dirimir as orientações pedagógicas e recriar em cima de suas práticas curriculares suas aulas em tempos de distanciamento social.

Trabalhar as práticas curriculares pela via do ensino remoto tem sido um dos desafios dos professores, duplicado pela calamidade pública na medida em que trouxe sobrecarga ao trabalho cotidiano do docente e vivenciada pelos professores durante suas aulas. A dinâmica remota aumentou as demandas e as responsabilidades dos professores. O modo remoto trouxe aos professores, além das aulas, situações que não eram só deles, mas do sistema escolar. Todavia, enfrentadas por eles e tendo que ser encaminhadas em um dado momento, diante da situação pandêmica, havendo sobrecargas diante de especificidades das organizações das aulas e outras do contexto escolar.

Os professores transformaram as práticas de sala de aula para as aulas *online*, na maioria dos casos, em suas salas e quartos residenciais, os quais passaram a ser a sala de aula, além de, por meio do celular, gravar os conteúdos curriculares de suas disciplinas. Por outro lado, outros professores, com maior acesso à *internet*, organizaram salas virtuais para aulas, pois tiveram que passar a organizar aulas remotas, atividades de ensino mediadas pelas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs), que se orientaram pelos princípios da educação presencial (Rosa, 2020). A partir das habilidades com várias ferramentas voltadas para o manuseio tecnológico, os docentes construíram suas práticas curriculares, por exemplo, por meio do uso do Google Meet, Plataforma Moodle, Chats e Live (Transmissão ao vivo) e também pelos grupos de WhatsApp das turmas escolares.

Quando os professores, coordenação ou gestão percebiam que alguns estudantes não estavam acessando as salas virtuais ou não se conectavam nos dias e hora marcados, ou àqueles sujeitos que não tinham equipamentos tecnológicos ou acesso à *internet*, a problemática era dirimida por meio de caderno de conteúdos e atividades preparados pelos professores, para que a escola imprimisse e avisasse os pais ou responsáveis, que, por sua vez, iam receber o material nas instituições de ensino. Essa dinâmica possibilitava que duas formas de acesso aos materiais de ensino, seja por meio *online* ou impressa, a fim de permitir que todos tivessem acesso ao material produzido no período pandêmico.

Apesar do desenvolvimento e expansão das TDICs no Brasil e no mundo, ainda há uma grande parcela da população mais carente que não possui acesso à rede de computadores internacional; percebe-se ainda que poucos têm acesso à *internet* e às suas tecnologias, ocasionando desigualdades sociais e educacionais na medida em que apenas alguns são beneficiados e outros ficam distanciados do progresso tecnológico globalizado, principalmente, nos municípios das regiões norte e nordeste do país (Felizola, 2011).

Esses fatos permitem compreender a garantia do calendário letivo do ano de 2020. Entretanto, não supre e não assegura as necessidades essenciais para a aprendizagem dos alunos, pois não contempla os direitos docentes e discentes de condução do processo educacional mediante as várias nuances que perpassam por interação, diálogos, escutas e trabalho coletivo, que fortalecem as práticas curriculares.

As aulas replanejadas para o ensino remoto, devido à situação emergencial diante da realidade de pandemia, trouxeram mudanças. O advento da pandemia do novo coronavírus provocou a necessidade de fechamento das escolas, o que levou a diminuição das aulas presenciais e o maior número de carga horária para o ensino remoto. Esse é o movimento das práticas

curriculares em tempos de ensino remoto, em que os professores tiveram que conduzi-las durante as aulas não presenciais.

O novo modo de trabalhar mexe com a estrutura de construção do conhecimento, porque não é simplesmente o planejamento das aulas e a socialização, somando-se a uma articulação de elementos abrangidos pelas práticas curriculares que consolidam o conhecimento aos sujeitos participantes das aulas, professores e alunos. Nessa relação, não se trata de somente repassar e explicar os conteúdos por diferentes estratégias pedagógicas, haja vista que o movimento é bem maior e envolve assimilação, pensamento crítico e compreensão, sendo todos vinculados à história, cultura e sociedade, para compor a aprendizagem.

A partir do momento em que as aulas passaram a ser organizadas por diferentes mecanismos e estratégias, sem o contato presencial entre alunos e professores, configura-se o ensino remoto emergencial, que atingiu a rotina dos docentes e discentes. Rabello, Alves e Martins (2020, p. 103) apontam que:

[...] a crise da Covid-19, como toda e qualquer crise, faz ruir um modo de funcionamento anterior e exige a instauração de outro modo de operar completamente novo. Ao apontar para a desestabilização e para a incerteza do presente e do futuro, a situação de crise exige ação imediata, mudanças estratégicas e inventividade, que, apesar de poderem ganhar um teor positivo em determinados contextos organizacionais, a depender de como sejam manejadas, podem acabar produzindo extremo adoecimento, exaustão e sentimento de impotência.

Demarcar as incertezas e inseguranças contínuas do ano de 2020, causadas pelo ensino remoto, simboliza aquele momento em que a qualidade da educação foi afetada, principalmente pelo maior desafio que foi de o aluno deveria ter acesso aos recursos necessários para assistir às aulas como um computador e *internet* de qualidade, pois o acesso ao ensino pelo celular é ruim e, a médio prazo, poderia causar problemas de saúde aos estudantes. Assim, o ensino remoto, só ganha sentido com a gestão do currículo e as práticas curriculares, por si só, com o uso de ferramentas e estratégias que deveriam dar sentido ao processo educacional, já que o professor é o construtor do processo durante sua prática curricular. É preciso considerar esse passado e aprender com esta demanda a construir uma educação escolar significativa, mesmo à distância, pois:

A situação dramática provocada pela Covid-19 obrigou-nos a dar respostas imediatas, urgentes, sem a necessária preparação e reflexão. O recurso indiscriminado aos meios digitais foi a solução possível para manter certa “continuidade educativa”, a fim de não cortar todos os laços com os alunos e proteger a saúde pública. Todavia, esse não pode ser o futuro (Nóvoa, Alvim, 2021, p. 7).

Esse momento da história da educação brasileira precisa ser ressignificado na vida em sociedade e no contexto educacional. Pensar a educação do amanhã, contemplando o coletivo, a diversidade e a democratização, é esperançoso, pois temos que aprender com o que vivemos e promover a boa mudança. Começamos, então, na escola que é um espaço de aprendizagens, enfrentamento dos conflitos. Devemos buscar caminhos que ajudem os professores, em suas práticas curriculares, a promover a inclusão por meio da aprendizagem com condições, pois somos testemunhas que nenhuma tecnologia ou estratégia supera a escola e a construção do conhecimento

permitida naquele espaço em que as pessoas se conhecem e trocam experiências e saberes; com isso, elas fazem a educação e promovem humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre as orientações oficiais para as práticas curriculares dos docentes da Rede Municipal de Ensino de Belém no período da pandemia, conforme mencionado no presente texto, representa o movimento de investigação teórica a fim de compreender como os docentes construíram as práticas curriculares num período pandêmico em consonância com as orientações oficiais, enfrentando as dificuldades do período. O percurso da pesquisa teórica nos mostrou a relevância das práticas curriculares dos professores no ensino remoto na pandemia de covid-19 na educação básica. Esses docentes, em meio aos conflitos do sistema capitalista e aprofundados na pandemia, foram atingidos e tiveram que construir estratégias de enfrentamento à engrenagem do sistema opressor que inclui ou exclui na lógica mercadológica. Nessa perspectiva, a condução das aulas nesse período marcou, por enfatizar a relevância das práticas curriculares, sua potencialidade no contexto sociocultural, verificando o quanto o sistema segrega e invisibiliza os sujeitos. Na ocasião, os professores e professoras pavimentaram as suas práticas curriculares na condução da educação.

A questão é pensar o momento de pandemia e nas aulas não presencias realizadas pelos professores das escolas municipais conforme as orientações oficiais, construídas pelo ensino remoto emergencial e partir para reflexões, discussões e ações, buscando melhorias para a educação com base nas políticas públicas que visem à qualidade na educação, uma vez que houve, além de prejuízo na aprendizagem, acirramento das desigualdades sociais e a minimização de particularidades do universo educacional, que precisam ser consideradas no currículo da educação básica.

Dar destaque ao processo é salutar, bem como aos corpos que movimentam a escola, por serem corpos-sujeitos e dinamizarem, em suas relações sociais e de aprendizagem num fluxo concomitante, várias vivências, sentimentos, saberes, mazelas, que movimentam a lógica subalterna, fortalecendo a diferença de classes e grupos nos diferentes mecanismos de exclusão. Enfatizar tais questões é evidenciar que as práticas curriculares se constituem e se movimentam na conjuntura real, pois essa mobilização das práticas curriculares docentes é pautada em valores que dão sentido às ações educacionais, combatendo as explorações neoliberais e conservadoras que circundam a sociedade.

A partir do momento vivido de distanciamento e da pouca interação, é necessário olhar os currículos e discutir propostas que valorizem o sujeito da aprendizagem tendo seus direitos plenos garantidos na educação. Assim, discutir estratégias escolares e organização das aulas, de acordo com a carga horária permitida, possibilita levantar proposições das situações que servem para oportunizar construções que atentem as diferentes situações ao se pensar em estratégias e tecnologias numa dimensão curricular escolar.

A respeito do uso da tecnologia digital, é uma realidade global e, na escola pública, precisa ser trabalhada com base na formação, planejamento e discernimento, de modo que se configure como uma ferramenta que venha a se somar ao trabalho docente, mas que não determine o currículo escolar e as práticas curriculares. Por fim, que esse momento longo de crise pandêmica,

antes das vacinas e de incertezas, traga provocações e inquietações acerca do currículo prescrito, que façamos a releitura e problematizemos na escola e em nossas práticas curriculares.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba S. de S. Políticas de currículo e políticas docentes para a educação básica. In: SANTOS, Lucíola; FAVACHO, André (orgs.). *Políticas e práticas curriculares: desafios contemporâneos*. Curitiba, PR: CRV, 2012.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. *Decreto Municipal, n.º 95.955*, de 18 março de 2020. Belém, PA, PMB, 18 mar. 2020a. Disponível em http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?lei=95955&ano Acesso em 27 jul. 2022.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. *Decreto Municipal, n.º 96.051/2020*, de 01 abril de 2020. Belém, PA: PMB, 01 abr. 2020b. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=392275> Acesso em 27 jul. 2022.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. *Decreto Municipal, n.º 96.190/2020*, de 27 abril de 2020. Belém, PA, PMB, 27 abr. 2020c. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=393690#> Acesso em 27 jul. 2022.

BELÉM. *Parecer n.º 86* – Conselho Municipal de Educação de Belém – CME /2020. Parecer CLN/CME-Belém n.º 86/2020, Processo 020/2020-CME e de acordo com a decisão do plenário, em sessão ordinária realizada em 22 de dezembro de 2020. Belém, PA, CME, 2020d.

BELÉM. *Resolução n.º 30* – Conselho Municipal de Educação de Belém – CME de 22 dez. 2020. Aprova o Calendário Letivo 2020 das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Belém, conforme recomendações da Lei n.º 14.040/20, de 18 de agosto de 2020 do Conselho Nacional de Educação que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Belém, PA, CME, 2020e.

BRASIL. Ministério da Saúde. *O que é coronavírus?* Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus> Acesso em 26 jul. 2021.

BRASIL. Portaria n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Ministério da Saúde. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n.º 24-A, p. 1, 4 fev. 2020a. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388> Acesso em 16 out. 2020.

BRASIL. Lei n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n.º 27, p. 1, 7 fev. 2020b. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/13979.htm Acesso em 16 out. 2020.

BRASIL. Medida Provisória n.º 934, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento

da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, nº 63-A, p. 1, 1 abr. 2020c.

BRASIL. *Parecer CNE/CP nº 5/2020* - Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Aprovado em 28 de abril. Brasília, DF: MEC, 2020d. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em 16 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, nº 159, p. 4, 19 ago. 2020e. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019/2022/2020/lei/114040.htm#view Acesso em 08 ago. 2022.

FELIZOLA, Pedro. O direito à comunicação como princípio fundamental: internet e participação no contexto da sociedade em rede e políticas públicas de acesso à internet no Brasil. *Revista de Direito, Estado e Telecomunicações*, v. 3, n. 1, p. 205-280, 2011.

LUNARDI-MENDES, Geovana. As práticas curriculares nos cadernos escolares: registro de inclusão? In: PLETSCHE, Márcia D.; DAMASCENO, Allan (org.). *Educação Especial e Inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico*. Rio de Janeiro: Edur, 2011. Disponível em <https://ope.education/as-praticas-curriculares-nos-cadernos-escolares-registros-de-inclusao>. Acesso em 28 out. 2021.

LUNARDI-MENDES, Geovana. Nas trilhas da exclusão: as práticas curriculares de sala de aula como objeto de estudo. In: BUENO, José Geraldo Silveira; LUNARDI-MENDES, Geovana Mendonça; SANTOS, Roseli Albino dos (orgs.). *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.

LUNARDI-MENDES, Geovana; PLETSCHE, Márcia; LOCKMANN Kamila. Adiando o fim da escola: perspectivas internacionais sobre Educação em tempos de pandemia. *Práxis Educativa*, v. 15, 2020. Disponível em <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/> Acesso em 18 nov. 2021.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2020.

MATOS, Francisco. *Educador que pensa: educação e renovação no sistema de ensino*. São Paulo: Makron Books, 2016.

NÓVOA, António; ALVIM, Yara Cristina. Os professores depois da pandemia. *Educ. Soc.*, v. 42, e249236, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/mvX3xShv5C7dsMtLK/?pdf>. Acesso em 01 ago. 2022.

PACHECO, José. *Currículo: Teoria e práxis*. Porto: Porto Editora, 1996.

PAGOTTO, Aline. *O direito à liberdade em tempo de coronavírus*. 24 de março de 2020. Disponível em <esbrasil.com.br/direito-liberdade>. Acesso em 08 fev. 2022.

RABELLO, Ana; ALVES, Carolina; MARTINS, Luciana. Educação remota em tempos de Covid-19. In: GUIMARÃES, Ludmila; CARRETEIRO, Teresa; NASCIUTTI, Jacyara (orgs.). *Janelas da*

pandemia. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2020. Disponível em http://afipeasindical.org.br/content/uploads/2020/08/janelas-da-pandemia_e-book.pdf. Acesso em 6 jan. 2021.

ROCHA, Genylton. A geografia escolar brasileira no contexto das reformas educacionais neoliberais. Políticas e práticas curriculares: desafios contemporâneos. In: SANTOS, Lucíola; FAVACHO, André (orgs.). *Políticas e práticas curriculares: desafios contemporâneos*. Curitiba, PR: CRV, 2012.

ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 n. 34, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XPqzwwYZ7YxTjLVPjD5NWgp/?lan>. Acesso em 14 nov. 2021.

ROSA, Rosane. Das aulas presenciais às aulas remotas: as abruptas mudanças impulsionadas na docência pela ação do Coronavírus - O COVID-19!. *Rev. Cient. Schola Colégio Militar de Santa Maria*. V. vi, n. 1, 2020. Disponível em [http://www.cmsm.eb.mil.br/images/cmsm/revista_schola_2020/editorial%20i%202020%20\(ro sane%20rosa\).pdf](http://www.cmsm.eb.mil.br/images/cmsm/revista_schola_2020/editorial%20i%202020%20(ro sane%20rosa).pdf). Acesso em 02 nov. 2021.

SACRISTÁN, José. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTÁN, José. *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SEVERINO, Antônio. *Metodologia do trabalho científico*. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2015.

Submetido em 27 de agosto de 2024
Aprovado em 18 de outubro de 2024

Informações das autoras

Marluce Batista Silva Cardoso
Universidade Federal do Pará – UFPA
E-mail: marlucembs99@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9130-8320>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2489317868775054>

Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Universidade Federal do Pará – UFPA
E-mail: genylton@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6264-5387>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3735617515418666>